



Um mundo com sede

Textos **RUI CARDOSO**

A epidemia da covid-19 relegou os problemas da água para segundo plano mas, mais cedo ou mais tarde, estes vão ressurgir na primeira linha das preocupações mundiais. Num mundo

povoado por mais de sete mil milhões de pessoas, os recursos hídricos não só faltam como são mal utilizados. A agricultura consome a parte de leão, e muitas vezes em detrimento do abastecimento das populações. E pode a própria água ser um fator de poluição através de nitratos, fosfatos, pesticidas, etc. A tecnologia traz novas soluções para o seu tratamento, seja

para beber seja dos esgotos, mas também tem efeitos perversos: por exemplo a dessalinização da água do mar pode ter impactos na fauna marinha e cria resíduos salinos altamente poluentes e difíceis de tratar. E na geopolítica do mundo de amanhã a água arrisca-se a ser tão cobiciada como o petróleo o é hoje.

internacional@expresso.imprensa.pt

As guerras da água

Uzbequistão, Cazaquistão e Turquemenistão disputam os despojos do mar de Aral. O quarto maior lago do mundo perdeu 3/4 do seu volume e é impossível pescar aí desde 1982. Turquia, Síria e Iraque desentendem-se ciclicamente sobre a partilha das águas do Eufrates e só não há mais quezílias porque têm outras guerras. *Idem* entre Etiópia, Eritreia, Sudão, Quênia e Egito pela bacia do Nilo. Há ainda tensão entre Líbia, Egito e Chade por causa dos lençóis subterrâneos transfronteiriços.

Israel tem técnicas inovadoras de rega mas limita o acesso dos palestinianos à água na Cisjordânia ou na hiper-povoada Faixa de Gaza. Índia e Paquistão travam desde 1984 a mais absurda das guerras a 5000 metros de altitude pela posse do glaciar de Siachen em Caxemira e não se entendem na partilha de seis rios.

A luta pela água pode ser pior do que a luta pelo petróleo, os combustíveis podem ser substituídos, mas a água não. Enquanto as jazidas de petróleo estão fixas (embora possam ficar em territórios disputados), os rios movem-se, indiferentes às fronteiras.

Com ou sem mediação da ONU, os Estados vizinhos têm conseguido negociar a partilha dos recursos hídricos, mas poderá não ser sempre assim. "É cada vez mais necessário aplicar o conceito de hidrodiplomacia", diz Rui Godinho, do Conselho de Governadores do Conselho Mundial da Água. Ou seja, é preciso "construir soluções para evitar ou resolver conflitos". E ajudar a "mitigar as alterações climáticas".

A existirem conflitos futuros, estes mais depressa serão internos do que entre Estados. As tensões pela partilha da água podem agudizar-se no Triângulo da Sede, do Norte de África ao Médio Oriente e à Ásia Central, opondo palestinianos a colonos judeus, ou agricultores egípcios, sírios ou iraquianos às autoridades locais. Culturas menos exigentes em água e processos de rega mais eficazes precisam-se!

Outro conflito por arbitrar é entre uso urbano e agricultura, que se poderá agravar com a emergência na China e Índia de classes médias com novos padrões de consumo. No Terceiro Mundo as perdas na rede pública chegam a 40% e o controlo sanitário é deficiente. Mas nem os EUA foram poupados a escândalos, como em Flint (Michigan, 2014) ou Parkersburg (Virgínia Ocidental, 1975), tema do recente filme "Dark Waters — Verdade Envenenada".



FOTO STEFANIE GLINSKI/AP VIA GETTY IMAGES



TRÊS PERGUNTAS A

Nasser Kamel

Secretário-geral da União pelo Mediterrâneo

Novas e velhas ameaças

A pior coisa que podemos pensar é que aquilo que vai parar aos esgotos desaparece no vazio. Não só não é assim, como podemos "recebê-lo" de volta através da contaminação das águas, superficiais e subterrâneas, e dos oceanos, onde há notícia da formação de verdadeiras ilhas de plástico.

Para reduzir a sua carga poluente, química ou biológica, os esgotos domésticos sofrem diversos tipos de tratamento. Em Portugal fazem-se, em regra, os dois tratamentos mais antigos: o primário (separação de sólidos e remoção de poluentes por sedimentação) e o secundário (tratamento da matéria orgânica em biorreatores ou de outras formas). Nalguns casos acrescentam-se aspetos do chamado tratamento terciário, por exemplo desinfeção para eliminação de micro-organismos patogénicos (nos processos mais modernos utiliza-se radiação ultravioleta com efeito esterilizador).

Contudo, a vigilância dos rios e do litoral tem detetado novos problemas. Os chamados poluentes emergentes podem ser de diversos tipos, desde hormonas e resíduos de medicamentos diversos (vindos da rede de esgotos), a produtos químicos (como os pesticidas) causadores de disrupção endócrina, ou microplásticos (abaixo dos 5 mm), uns lançados diretamente no ambiente (lavagem automática de roupas sintéticas, desgaste de pneus e revestimentos de travões dos automóveis), outros provenientes da fragmentação de embalagens plásticas.

Trata-se de um conjunto de novas ameaças já identificadas e que equipas

de investigadores portugueses têm procurado avaliar. A dificuldade reside no número de poluentes emergentes e na complexidade das formas que adquirem, bem como o tempo que a investigação leva até se poderem emitir normas e regulamentos.

Desinfeção e descartáveis covid

Em Portugal a epidemia pode ter outros efeitos perversos ainda não conhecidos. É o caso das desinfeções da via pública e mobiliário urbano, cujo efeito prático, ao contrário do realizado em espaços fechados como transportes ou lares de terceira idade — dizem alguns especialistas —, é mais psicológico do que real. O outro é a descarga adicional de luvas, máscaras e outros equipamentos descartáveis à base de produtos sintéticos nos sistemas de resíduos sólidos urbanos, se a sua eliminação não for feita convenientemente. Como alerta Teresa Ferreira, docente do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e especialista em gestão de meios aquáticos, "não havendo ainda uma quantificação destes fenómenos, daqui podem resultar riscos agravados de poluição posterior dos meios aquáticos, dependendo da forma como a epidemia evoluir".

Outro impacto da epidemia, para o qual chama a atenção Rui Cortes, docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, é a contaminação da água por maiores quantidades de novos compostos orgânicos sintéticos presentes nos antidepressivos, hipnóticos e agentes sedativos que muitas pessoas confinadas já tomavam ou passaram a tomar. "São facilmente metabolizados em compostos solúveis na água, sofrendo novos biotransformações quando entram na cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos, com efeitos tóxicos, endocrinológicos e também comportamentais."

NÚMEROS

70%

da água consumida no mundo é para fins agrícolas

49%

da água utilizada na agricultura é gasta a cultivar milho, trigo ou arroz (27%) ou a produzir carne (22%)

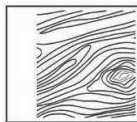
1

quilo de carne de vaca, para ser produzido, implica o gasto de 15.500 litros de água, cinco vezes o que custa produzir a mesma quantidade de arroz

40%

da população mundial enfrenta problemas de abastecimento de água, segundo a ONU; dois mil milhões abastecem-se de água contaminada e 1,25 mil milhões não têm saneamento

A MALDIÇÃO DA GEOGRAFIA Se há coisa sem a qual Portugal não passa é uma boa gestão da água, porque nem o clima nem a geografia ajudam. Enquanto no centro da Europa o caudal anual dos rios é relativamente estável, entre nós, sobretudo no sul, o fator de multiplicação pode chegar a 50 quando se passa da estação seca para a chuvosa. Como explica o ex-ministro do Ambiente, Nunes Correia, "esta sazonalidade obriga a uma gestão muito exigente". Acresce que cerca de metade das águas superficiais vêm de Espanha. Logo, "tudo o que se faça naquele país tem consequências em Portugal". A partilha dos recursos hídricos entre os dois países é regulada pela Convenção de Albufeira de 1998, cujo protocolo adicional foi assinado em 2008 mas não de forma perfeita, como ficou visível, no início do ano, pelo estado em que se encontravam o Alto Tejo e seus afluentes. "Mas para Portugal exigir caudais mínimos diários tem de definir primeiro os caudais ecológicos para todos os rios internacionais no seu curso nacional, e ainda não são conhecidos esses valores", alerta Susana Neto, presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Como explica Rui Godinho, presidente da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, "entre os anos 2046 e 2065, Portugal continental vai sofrer uma diminuição da precipitação média anual de 10% no norte e em todo o litoral e de cerca de 30% no interior e sul". Na gestão da água tem havido avanços e recuos. A gestão por bacias hidrográficas regrediu e o Instituto da Água, que exercia funções de autoridade nacional, foi extinto e diluído numa Agência Portuguesa do Ambiente, também com penúria de meios e pessoal. Se é certo que a pandemia afastou a água ainda mais do topo da agenda, isso não pode durar para sempre.



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos.



Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos.